



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000647-02.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações Estaduais Específicas**
 Requerente: **Maria Aparecida de Assis Martins**
 Requerido: **SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

MARIA APARECIDA DE ASSIS MARTINS move ação contra SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV pedindo a inclusão dos quinquênios e da sexta-parte na base de cálculo de seus proventos de aposentadoria, sob o fundamento de que eles foram calculados apenas com base no salário base.

Contestação e réplica apresentadas.

Aportaram documentos aos autos.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

A presente ação não tem por objeto qualquer discussão sobre o direito a aposentadoria com paridade remuneratória e integralidade.

A presensão é bem mais restrita, como se vê na inicial.

Sustenta a autora que a sexta-parte e o ATS não compuseram a base de cálculo dos proventos de aposentadoria, que teriam sido calculados tão somente com base no padrão de vencimentos, o que seria equivocado, pedindo-se, então, a revisão do cálculo para que a sexta-

1000647-02.2018.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

parte e o ATS sejam considerados.

Sem razão, porém, vez que o ATS e a Sexta-Parte compuseram o cálculo.

Com efeito, a média aritmética (que não está em discussão) foi obtida a partir dos valores listados na primeira coluna das fls. 58/62, sendo que os valores dessa primeira coluna incluem o ATS e a Sexta-Parte.

Isso pode ser confirmado pelo montante que constou relativamente aos últimos meses de salário, R\$ 1.928,50, que corresponde precisamente à somatória do salário base com o ATS e a Sexta-Parte, como vemos na "composição para cálculo do benefício" de fl. 56.

Ante o exposto, julgo improcedente a ação.

Sem verbas sucumbenciais (art. 55 da Lei nº 9.099/95).

P.I.

São Carlos, 24 de abril de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**